

Resultados de um seminário sobre autoconstrução em Havana

BIBLIOTECA DA ESCOLA DE ARQUITETURA - UFPA

Um seminário sobre habitação e urbanismo, realizado em Havana, Cuba, voltou a colocar em debate questões relacionadas com a autoconstrução e outros meios de proporcionar habitação ao povo. O entendimento, entre os vários participantes, é o de que a autoconstrução deve integrar o plano nacional de construção para facilitar o planejamento de recursos técnicos e materiais.

Foi considerado positivo, sob todos os aspectos, o XI Seminário sobre Habitação e Urbanismo, que debateu recentemente, em Havana, Cuba, o tema "A Construção de Habitações por Esforço Próprio". O objetivo do evento, que reuniu arquitetos e técnicos ligados a órgãos do governo cubano, foi submeter à discussão mais ampla possível, bem como confrontar critérios tecnológicos e metodológicos, o tema da autoconstrução, tendo em vista a importância atual da execução de habitações, em Cuba. Os organizadores do seminário afirmam que as recomendações resultantes do encontro constituem um valioso instrumento para a solução dos problemas debatidos. "O tema proposto", disseram, "requereu e continua a requerer atenção especial e maior intercâmbio de idéias e experiências práticas, a fim de que possam ser obtidos critérios sobre os procedimentos mais viáveis a serem seguidos para facilitar o avanço desta atividade de forma harmônica e efetiva."

O arquiteto Jorge Maciques, vice-ministro da Área Técnica, ao enfatizar a importância do seminário, lembrou que a situação da habitação constitui ainda um dos problemas sociais mais graves enfrentados no país. "E, embora o triunfo da revolução haja dado início a uma profunda transformação na estrutura sócio-econômica imperante em Cuba, o interesse pelo desenvolvimento integral do país e pela elevação do padrão de vida de sua população, as condições de subdesenvolvimento e a deformação da economia, herdadas do neocolonialismo a que estávamos sujeitos, fizeram com que orientássemos o esforço principal, nestes primeiros decênios, para a criação da base material e da infra-estrutura imprescindíveis a um crescimento harmônico. Isso em conjunto com as medidas para a solução de problemas impostergáveis, relacionados fundamentalmente com a defesa, a saúde e a educação."

Em sua análise da situação cubana, o vice-ministro da Área Técnica disse que nos primeiros 25 anos de governo revolucionário - "apesar dos vultosos recursos que foram aplicados para assegurar a defesa do país e do bloqueio econômico e de toda ordem imposto pelo imperialismo" - as atividades construtivas experimentaram um ritmo sempre crescente. Ele acentuou que, especialmente em relação à produção de casas, a atividade construtiva não pôde atingir os níveis que a situação demandava, tendo em vista que em 1959 o déficit de habitação era da ordem de



A Casa dos Estudantes, em Havana.

700 000 unidades, além de estarem em estado precário 40,4% das existentes na zona urbana e 74,2% na zona rural.

Tal situação, somada a falta de ações de conservação e reconstrução e ao aumento demográfico, agravou bastante o problema habitacional, apesar do empenho do Estado, que nos anos seguintes à revolução construiu, através do Ministério da Construção, cerca de 300 000 novas unidades, segundo um programa que a partir de 1980 experimentou considerável ascensão. Maciques disse que, ante a resposta insuficiente do Estado para atender a redução do déficit de moradias, a população começou a empreender ações construtivas por iniciativa própria e, com os poucos recursos que eram oferecidos, desenvolveu, ao longo dos anos, uma quantidade extraordinária de remodelações, ampliações e novas construções, com as quais foi sendo amenizado o grave problema habitacional. Ele afirmou que, para 1983, o volume de recursos para manutenção da habitação teve um aumento de mais de 160% em relação ao ano de 1980. E considerou que o sistema adotado em Cuba para dar solução ao déficit habitacional mostra exemplos

"afortunadamente tão alentadores quanto os da União Soviética, da República Democrática da Alemanha e dos demais países socialistas desenvolvidos. Os êxitos de nosso país na saúde, na educação, o avanço da economia em seu conjunto são expressão convincente de que o futuro da habitação estará garantido para nosso povo."

Planejamento e controle

O seminário foi organizado de modo que houvesse divisão adequada por grupos. Assim, o grupo 1 debateu os subtemas "O Território a Ser Construído pela População"; "A Construção de Habitações por Esforço Próprio na Cidade de Holguín" e "Análise de Algumas Experiências de Planos de Construção por Esforço Próprio nas Cidades de Santiago de Cuba e Guantánamo".

Da análise e debate dos assuntos referidos, o grupo 1 chegou às seguintes conclusões e recomendações: a edificação mediante o sistema de autoconstrução deve estar integrada ao plano nacional de construções para que o planejamento de recursos técnicos e materiais destinados a esse fim seja realizado de modo compatível com o nível crescente e o potencial que esta forma de construir adquiriu, em Cuba; há necessidade urgente de assistência de todo tipo e de controle técnico para o desenvolvimento do trabalho nas áreas em que estejam sendo construídas habitações mediante esforço próprio. A ajuda nesse sentido deve materializar-se por meio de mecanismos estabelecidos por órgãos competentes envolvidos no programa, tais como as diretorias de arquitetura e urbanismo e de serviços comunitários, o Ministério da Construção, a União Nacional de Arquitetos e Engenheiros da Construção de Cuba e a Junta Central de Planificação; é preciso racionalizar o uso do solo urbano de acordo com o tipo de de assentamento, estudando-se a forma pela qual se possa adensar algumas áreas da cidade destinadas à habitação, adaptando ou modificando as estruturas existentes, com a inserção de novos elementos de uma ou várias plantas. O objetivo é aproveitar a infra-estrutura criada, tendo em vista a redução de custos em urbanização; ao mesmo tempo em que são resolvidos os atrasos de urbanização nas áreas habitadas, de desenvolvimento recente, é necessário executar, nas áreas em que se vai trabalhar, a infra-estrutura técnica e de serviços mínimos, antes do início da construção propriamente dita; a adaptação da infra-estrutura existente em uma área que será adensada e a urbanização das áreas onde haverá novas construções através do

sistema de autoconstrução constituem responsabilidade do Estado, que deve assumir a elaboração do projeto e a execução dos serviços de redes de esgotos e outros. O grupo de trabalho concluiu também pela necessidade de se aperfeiçoar as formas de gerenciamento dos fundos e recursos destinados à construção de casas por esforço próprio (individual ou coletivo), bem como estudar novos meios de colaboração para uma estreita combinação do esforço próprio com uma maior ajuda estatal.

Deveres do Estado

O grupo 2 debateu os seguintes subtemas: "Algumas Considerações sobre a Criação de uma Base Documental para a Construção de Habitações por Esforço Próprio"; "Arquitetura a Serviço do Usuário, Criador de sua Habitação"; "Emprego de Sistemas Construtivos Pré-Fabricados de Habitação para sua Conclusão por Cooperativas de Construção"; "Resposta ao Projeto e Estratégia de Construção em Edificações Multifamiliares Antigas com Determinado Grau de Deterioração e Problemas de Densidade"; "Elementos Pré-Fabricados do Sistema Sandino a Serem Elaborados Artesanalmente pela População"; "Habitações Econômicas por Esforço Próprio: a Opção do Solo-Cimento"; e "Habitações Rurais".

Os responsáveis por esse grupo de trabalho con-

cluíram que se torna imprescindível criar e fortalecer os equipamentos técnicos de projeto e controle para promover, assessorar e supervisionar as diferentes formas de construção de responsabilidade do poder popular; o Estado deve ampliar a gama de produtos e materiais de construção à venda para a população, bem como simplificar os mecanismos para sua aquisição; devem ser estudados, a médio prazo, novos projetos e metodologias construtivas mais flexíveis que permitam a obtenção de soluções melhores para apressar a produção de casas. O grupo de trabalho recomendou, ainda, entre outras coisas, que o Ministério da Construção e o Instituto Superior Politécnico José Antonio Echeverría realizem ensaios e experiências a respeito da técnica do solo-cimento, com vistas a uma utilização mais ampla pela população, tendo em conta seu baixo custo.

Já o grupo 3 debateu as seguintes questões: "Como a População de Las Tunas Constrói e Reconstrói sua Habitação"; "O Controle da Atividade Construtiva e sua Incidência e Relação com a População"; e "Organização da Construção de Moradias por Esforço Próprio na Província de Havana".

Outros temas foram: "Construção e Manutenção de Coberturas Revestidas por Meios Próprios para Moradias"; "Manutenção e Reparos de Ha-

bitações Correspondentes às Características Técnico-Construtivas e a Deterioração das Edificações".

Esse grupo concluiu que o desenvolvimento das ações de organização e apoio à autoconstrução deve ter presente, como premissa, o melhor uso do solo urbano e rural, partindo do enfoque das condições próprias ou específicas do município, território ou província de que se trate. Ele considerou também que precisam ser estabelecidas, nacionalmente, as condições mínimas indispensáveis que uma habitação deve ter e que a administração do Estado deve assumir a responsabilidade pela elaboração e execução de projetos urbanísticos das áreas selecionadas para a construção de habitação pela população.

Conferência especial

Importante, durante o evento, foi a participação do arquiteto Reynaldo Estévez Curbelo, do Centro Técnico de Habitação e Urbanismo. Ele disse que os investimentos em construções de habitação, por parte do Estado, têm sido até agora quantitativamente modestos, o que é explicável, dadas as prioridades econômicas e sociais das primeiras etapas. "O desenvolvimento demográfico, cultural e econômico da população", afirmou, "tem gerado uma tal demanda de residências que, não podendo ser satisfeita plenamente pela ação estatal, vem sendo realizada pela ação direta do povo. A população tem construído três ou quatro vezes mais que o Estado."

Segundo Curbelo, a consciência crescente da imperiosa necessidade de assistir e organizar a construção e a manutenção de residências pela população, mediante a oferta e controle de terrenos e urbanizações, de projetos e assistência técnica, financeira, material e em equipes e organização, permitirá aproveitar ao máximo a potencialidade criadora das massas, obtendo soluções mais racionais em sua economia e conforto e satisfazendo harmoniosamente as exigências pessoais e do conjunto da coletividade.

O arquiteto Pedro Galiano, presidente da União Nacional de Arquitetos e Engenheiros da Construção de Cuba (UNAICC), destacou que a construção de moradias por meios próprios é um caminho adequado, porque, junto com um enfoque estatal, mobiliza recursos humanos, materiais e equipamentos disponíveis para tal fim. Entretanto, faz-se necessário, em seu entender, um conjunto de normas e regulamentos que permita controles adequados tanto do uso do solo quanto daqueles recursos e materiais.

Já Jorge Lescano Perez, vice-presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular, ao encerrar o seminário, disse que ele constituiu a expressão eloqüente de como o Ministério da Construção e o Centro Técnico de Habitação e Urbanismo, os órgãos locais de poder popular e os demais ligados ao problema da habitação vêm se empenhando para dar respostas concretas às exigências de mais habitação para o povo. Ele salientou que os esforços do governo cubano têm sido dirigidos no sentido de proporcionar soluções a seis problemas básicos: terra, industrialização, moradia, desemprego, educação e saúde.

Na capital cubana (vista parcial) e em outras cidades do país têm ganho destaque as residências construídas com emprego de componentes pré-fabricados.

